



Walber Cunha Lima,
Coordenador do curso
de Direito



Imposto Sustentável

A preservação do meio ambiente é um tema bastante debatido nas últimas décadas em todo o mundo. Essa preocupação fez com que órgãos públicos pensassem em alternativas para influenciar o cidadão a contribuir com a proteção dos nossos ecossistemas. Sendo assim, surgiu o IPTU Verde, um desconto no tributo quando comprovado existir na residência uma área verde que contribua para a preservação ambiental. O Projeto de Lei nº 0301/2009 prevê descontos de até 50% no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de imóveis revestidos de vegetação arbórea de preservação permanente no município de Natal. A Lei foi promulgada pela Câmara Municipal de Natal, mas até hoje não foi sancionada pelo Poder Municipal.

"A Tributação como Instrumento de Proteção Ambiental", foi o tema do trabalho apresentado



Carlos Augusto Barbalho pesquisou "IPTU Verde"

durante o XV Congresso de Iniciação Científica (CONIC) pelo aluno do curso de Direito Carlos Augusto Barbalho, sob a orientação da professora Lenice Moreira. Por meio de análises estatísticas de várias experiências de tributação ambiental em estados brasileiros, com destaque para o Rio Gran-

de do Norte, a pesquisa foi desenvolvida a fim de esclarecer problemas pouco detectados na arrecadação tributária ambiental.

De acordo com a pesquisa, outro tributo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), está sendo chamado de ICMS Ecológico por também estar sendo utilizado como uma forma de tributação ambiental, apresentando resultados satisfatórios. "A competência constitucional tributária é dos estados, que repassará 25% do que foi arrecadado aos municípios. Desse percentual, um 1/4 será vinculado, mediante lei estadual, à proteção ambiental", explica o aluno. Dados do portal ICMS Ecológico mostram que Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná elevaram em cerca de 200% suas áreas de preservação depois da tributação ambiental.



Lenice Moreira,
Assistente Científica
do curso de Direito

UBER X TAXISTAS

O Uber, aplicativo que conecta motoristas e passageiros através de seus smartphones, vem causando polêmica desde que chegou ao Brasil, em 2010. Para dirimir dúvidas em torno do novo serviço, as alunas Bárbara Thiane de Medeiros Almeida, Ana Luísa Araújo Santos e Yasmin Maia Delfino Oliveira, do curso de Direito, sob a orientação da professora Ana Paula Cacho, elaboraram a pesquisa "O aplicativo Uber e a liberdade de trabalho na ordem econômica brasileira". A proposta é apontar argumentos dos dois lados em conflito: taxistas e motoristas do Uber. Foram feitos estudo e análise enquadrando o aplicativo e os parâmetros das leis referentes à Constituição Brasileira em seus artigos: 1º, inciso IV; 5º, inciso XIII; 170, caput, inciso IV, e parágrafo único. "Esses artigos abordam a livre iniciativa, livre exercício de qualquer trabalho ou profissão, livre concorrência e livre exercício de qualquer atividade econômica", fri-



Alunas elaboraram pesquisa sobre Uber

sam. As alunas ainda citam a Lei de Mobilidade Urbana (12.587/2012), que permite o serviço de transporte individual privado. A necessidade de regulamentação do aplicativo, como a determinação de regras semelhantes às impostas aos taxistas (Lei 8.989/1995), é essencial, segundo as alunas.

A MÚSICA NA QUESTÃO DE GÊNERO

Artistas costumam compor músicas que refletem a realidade da época da composição. As músicas "Ai que saudades da Amélia", do compositor brasileiro Ataulfo Alves, escrita há 73 anos, e "Desconstruindo Amélia", composta pela cantora brasileira Pitty em 2011 são exemplos. Por tratar da figura da mulher perante a sociedade e retratar períodos opostos, elas foram escolhidas como objeto de estudo para a elaboração do trabalho "O feminismo como crítica do Direito: Uma análise das músicas *Ai que saudades da Amélia* e *Desconstruindo Amélia*", das alunas do curso de Direito Andylla Motta Falcão, Fernanda Costa Cabral, Lívia Vieira Almeida e Maria Luísa Machado, sob a orientação da professora Ana Mônica Ferreira.

A pesquisa, que ainda está em andamento, avalia a função da mulher no meio social, familiar, no mercado de trabalho e as mudanças



Trabalho das alunas avaliou contexto musical

ocorridas entre os períodos de criação das músicas. "Percebe-se a transição de uma Amélia conformada em viver dependente do companheiro, para a figura da mulher que luta para conquistar seus direitos na sociedade", destaca o grupo. Na pesquisa foram utilizados métodos de procedimento histórico e comparativo, além da aplicação de um questionário com foco no ponto de vista das pessoas quanto à igualdade de gêneros.

TRABALHOS PREMIADOS

DIREITO

COMUNICAÇÃO LIVRE

- 1º** - Constitucionalismo Ecocêntrico Latino: Caminho Para a Sustentabilidade e Pós-capitalismo - **Autora:** Bárbara Marques Putrique - **Orientadora:** Ana Paula Oliveira Cacho
- 2º** - Uma Análise do Art. 489, § 1º, IV do NCPD em Conformidade Com a Garantia Constitucional da Fundamentação das Decisões e a Razoável Duração do Processo - **Autor:** Leonardo do Monte Silva - **Coordenador:** Felipe Maciel Pinheiro Barros
- 3º** - Tributação do Capital Como Meio de Realização da Justiça Social no Brasil: Um Estudo Sobre a Regulamentação do Imposto Sobre Grandes Fortunas - **Autora:** Maria Eduarda A. P. Costa Carmo - **Orientadora:** Lenice Silveira Moreira de Moura
- 3º** - O Princípio da Razoabilidade e Suas Interfaces Com as Obras de Mobilidade Urbana em Natal-RN Para a Copa do Mundo 2014 - **Autora:** Jellisse Vieira Gomes Almeida - **Orientadora:** Lenice Silveira Moreira de Moura

PÔSTER

- 1º** - "Comerás o Pão Com o Suor do Teu Rosto": Uma Abordagem da Evolução Histórica dos Direitos Trabalhistas à Visão de Vincent Van Gogh em "Os Comedores de Batatas" - **Autoras:** Luma Rossana Fernandes de Araújo, Marina Marciana Barbosa e Fernanda Monteiro Cavalcanti - **Orientador:** Marcelo Maurício da Silva
- 2º** - A Questão de Gênero Sob o Aspecto do Direito Interno e Externo - **Autoras:** Ressu Ferreira Pires, Susane Maciel de Oliveira, Renata Cruz Gomes e Thyanne Clélia Nogueira Pinto - **Orientadora:** Vânia Vaz Barbosa Cela
- 3º** - Direitos da Mulher Ante a Constatação de Uma Necessidade Isonômica - **Autores:** Natália Pereira Gomes, Marcella Caroline P. de Andrade, Patrice Alexandra de Farias Teixeira, Christiano Brenner Augusto Dantas e Vanessa Cristina Araújo Fernandes - **Orientador:** Marcelo Henrique de Souza Torres
- 3º** - Sucessão Homoafetiva à Luz da Doutrina e Jurisprudência **Autores:** Beatriz Landim Cavalcanti, Teresa Cristina da Silva, Luiz Ricardo Ramalho de Almeida, Ana Luíza Queiroz Gonzaga e Isabelle Freire de Oliveira Martins - **Orientadora:** Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes